

A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. UM SUBVERSIVISMO REACIONÁRIO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO PASSIVA DE 1930 E DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Natalia dos Reis Cruz – Prof.^a Adjunto de Teoria Social da Universidade Federal Fluminense

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de caráter fascista, fundado em 1932 e liderado por Plínio Salgado. O objetivo é contextualizar o referido movimento, apontando para as transformações econômicas, políticas e sociais dos anos 30 no Brasil, bem como para a natureza da AIB, considerando sua base social de classe, seu programa político e seu projeto de sociedade. Para tanto, utilizarei de algumas categorias e conceitos gramscianos, como “revolução passiva”, “hegemonia”, “guerra de posição” e “sociedade civil” e “aparelhos privados de hegemonia”, pois os considero extremamente elucidadores da dinâmica política do período e das formas de atuação das classes dominantes da época. Quanto à natureza fascista da AIB, é apropriado o conceito “subversivismo reacionário”, usado por Gramsci em relação ao movimento fascista italiano, pois a despeito das diversidades nacionais dos vários fascismos existentes, ambos se baseavam numa proposta revolucionária no discurso, mas bastante reacionária quanto ao modelo de sociedade defendido.

A Ação Integralista Brasileira é considerada o primeiro partido de massas do Brasil, e atuou num contexto de intenso movimento da sociedade civil, num processo de ocidentalização do Brasil, também no sentido gramsciano, sendo contemporânea dos partidos operários e sindicatos, muitos propondo um modelo socialista e/ou comunista para o Brasil. A sua base social era composta principalmente das camadas médias ou pequena burguesia, temerosa de perder sua posição social diante do projeto de modernização conservadora levado a cabo pelo Estado varguista, baseado numa composição entre a burguesia e os latifundiários voltados para o mercado interno. Do ponto de vista gramsciano, tal composição originou a Revolução de 1930, uma “revolução passiva”, calcada num processo político dirigido pelo Estado, já que

nenhuma fração da classe dominante tinha a hegemonia para dominar e dirigir as transformações que desembocariam numa sociedade capitalista e industrial.

No entanto, embora o Estado dirigisse todo o processo em nome do conjunto da classe dominante, cuidando para que as suas principais frações tivessem um lugar assegurado no projeto nacional em curso, ele também incorporou demandas das classes populares, incluindo os trabalhadores e a pequena burguesia, adotando uma perspectiva transformista, no sentido gramsciano, mas controlando os setores subalternos, cuja inserção se daria da forma mais conveniente aos interesses dominantes, e não de forma autônoma. Seria então o que Gramsci chama de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, sinônimos de “revolução passiva”, em que as classes subalternas são reprimidas em sua participação política autônoma e independente.

Nesse sentido, percebo o surgimento da AIB como uma das reações do período a esse projeto hegemônico, tendo sido por isso reprimida pela ditadura do Estado Novo, assim como os comunistas e as associações de trabalhadores mais combatentes. Dessa forma, a extrema-direita tinha uma proposta de caráter fascista, englobando um modelo de sociedade harmoniosa, sob a hegemonia dos estratos médios, mas com a participação ativa de toda a sociedade na construção de um “novo homem” e uma “nova sociedade”. Tal sociedade muito provavelmente não daria espaço para uma sociedade civil robusta e autônoma, que expressasse os conflitos e diferenças, já que o Estado proposto seria autoritário e cimentador das divisões sociais, com a supremacia do todo sobre as partes, o que os integralistas designavam como “democracia orgânica”.

Palavras-chave: Integralismo, subversivismo reacionário e hegemonia

Nos anos 30, o Brasil foi palco da atuação de um dos mais significativos movimentos políticos dedicados à prática da intolerância no país: a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujas principais lideranças eram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Apesar do movimento ter nascido oficialmente em 1932, do ponto de vista do ideário integralista, ele já existia antes. O primeiro manifesto integralista data de 1926, segundo o líder Plínio Salgado, enquanto o Manifesto-Diretiva de 1945 encerrou a fase do integralismo sob o Estado Novo.

Ao longo dessas duas décadas, é possível assinalar três etapas marcadas por obras e escritos fundamentais dos líderes integralistas. A primeira, de 1926 a 1932,

corresponde à fase de gestação do integralismo por Plínio Salgado; a segunda, que se estende até 1937, refere-se ao tempo de existência organizada e legal do movimento, durante o qual ele atinge influência e poder máximos; e a terceira, de 1938 a 1945, está caracterizada pelo exílio de Salgado, que deixa o Brasil em junho de 1939. (Chasin, 1978:92)

Após o Manifesto de Outubro de 1932, quando a AIB foi fundada, foi elaborado o estatuto da sociedade civil, adotou-se o uniforme da milícia aprovado pelo Ministério da Guerra, estabeleceu-se o juramento para inscrição nos quadros do movimento, sob o signo de “Deus, Pátria e Família”, e adotou-se o Sigma como emblema da AIB – que significa, entre outras coisas, a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicavam Deus e que servia de sinal de reconhecimento. (Tavares, s.d:193-194)

A estrutura organizacional da AIB era baseada na hierarquia e na disciplina. Para dar alguns exemplos, o retrato do chefe, Plínio Salgado, era obrigatório nas sedes do movimento e as ordens honoríficas e o número de anuês dados aos membros dependiam de sua importância hierárquica dentro do movimento. (Idem:194)

O Primeiro Congresso Nacional Integralista, ocorrido em Vitória, ES, em 1934, representou a consolidação da organização do movimento, pois foram reunidos os vários núcleos estaduais, que agiam autonomamente, estruturando-se definitivamente o movimento. A organização e a propaganda eram as peças-chave da nova concepção autoritária de partido político. Nesse congresso, foi aprovada a tese da direção única e unipessoal, defendida por Salgado. (Idem:198)

No período de outubro de 1932 – quando foi fundada - a dezembro de 1937 – quando foi decretada a sua dissolução pelo Estado Novo -, a atuação do movimento efetivou-se por meio da ação partidária, com participação no processo político liberal. Pode-se dizer que a AIB foi o primeiro partido político brasileiro de massa com implantação nacional, reunindo cerca de 500.000 adeptos. (Trindade, op. cit:9)

É importante ressaltar que, durante esta fase de surgimento e consolidação da AIB, sua atuação política pautava-se por um paradoxo. Ao mesmo tempo em que enfatizava a decadência do sistema político liberal e defendia uma nova forma de organização política baseada no unipartidarismo e no autoritarismo, o movimento participava do processo político liberal. No entanto, pode-se considerar que a contradição existente entre a prática política do partido e sua ideologia autoritária fazia parte da estratégia de fortalecimento da AIB junto à sociedade. Após a sua consolidação junto à opinião pública e ao eleitorado, a prática liberal provavelmente

seria deixada de lado, em favor das práticas autoritárias, quando o partido alcançasse o poder do Estado nacional.

A conjuntura política e cultural do período era profundamente favorável à emergência de governos autoritários e, quando defendia a tese do partido único, dificilmente se poderia supor que Plínio Salgado não se referia à AIB. A tese do unipartidarismo visava à conquista do poder pelo movimento integralista, cujo partido passaria a comandar todo o processo político nacional, extinguindo-se qualquer forma de oposição aos propósitos da “nova revolução” integralista.

O movimento integralista surgiu em um momento histórico caracterizado por mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas, que trouxeram condições favoráveis para que, em 1932, fosse fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB). Como a AIB foi parte intrínseca do contexto brasileiro marcado pela Revolução de 30, a mutação por que passava a sociedade brasileira durante a década de 20 é essencial para a compreensão das transformações que precederam essa revolução.

A década de 20 representou uma fase de transição no processo histórico brasileiro, marcado por uma série de transformações ocorridas em quatro direções: 1. Intensificação da industrialização; 2. Incorporação de novas camadas urbanas à luta social e política; 3. Questionamento do sistema político dominado pela oligarquia agrário-exportadora; 4. Mutação ideológica por parte das elites intelectuais. Os três elementos que formavam o tripé do sistema político da Primeira República – a grande propriedade cafeeira, a economia primário-exportadora e o controle do poder político pela oligarquia rural – tiveram suas bases alteradas nos planos estrutural e ideológico. (Trindade, op.cit:102)

As mudanças por que passava a economia brasileira significavam a transição do modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários para o modelo de industrialização. O setor industrial tornava-se o centro de acumulação de capital do país, tendo o Estado como agente e promotor do desenvolvimento industrial capitalista no Brasil. Iniciava-se um período de descrédito em relação ao liberalismo clássico, que defendia o livre mercado e a concorrência como meios de promoção do desenvolvimento capitalista. A grande depressão iniciada com a crise de 1929 estimulou o sentimento antiliberal das elites, surgindo, no interior da própria economia política burguesa, a defesa da intervenção estatal na economia, como forma de superar as crises do capitalismo.

No caso do Brasil, a intervenção estatal era bem vista pela burguesia industrial emergente, que almejava a acumulação industrial em bases nacionais, a proteção frente à concorrência externa e uma infra-estrutura condizente com suas necessidades de acumulação. (Mantega, 1992:26)

Do ponto de vista político, o período em questão pode ser analisado com conceitos gramscianos. As transformações econômicas e sociais na direção de uma sociedade urbana e industrial, bem como a continuidade das velhas estruturas agrárias e da participação da classe latifundiária no modelo de desenvolvimento a ser adotado significam que nem a burguesia e nem as elites agrárias tradicionais tinham a hegemonia na sociedade, sendo necessária uma certa composição entre os dois grupos, colocando-se à margem os estratos populares, ou seja, uma revolução passiva.

No que diz respeito ao conceito de hegemonia, está se dá quando uma classe consegue tornar suas idéias e/ou interesses aceitos e legitimados numa dada sociedade, através da direção política e do consenso. Quando elas não têm a hegemonia, a única forma de garantir a dominação seria através da ditadura, uma coerção tendo o aparelho do Estado (sociedade política) como seu instrumento de ação. (Coutinho, 2007:128)

E no caso do conceito de revolução passiva ou revolução “pelo alto”, trata-se de uma interpretação da realidade social brasileira, que foge do modelo marxista-leninista, calcado na idéia de etapas necessárias, segundo o desenvolvimento de alguns países europeus. Ou seja, o Brasil passou pela modernização capitalista, iniciada a partir de 1930, mas não realizou uma “revolução democrático-burguesa”. As estruturas agrárias tradicionais e a dependência externa não impediram, no entanto, o desenvolvimento capitalista do país. A propriedade latifundiária tornou-se uma empresa capitalista agrária e a internacionalização do mercado interno, com a participação do capital estrangeiro levou o Brasil a se tornar industrial e moderno. Tais processos foram comandados pelo Estado, ao invés de serem resultado de movimentos populares ou da direção de uma burguesia revolucionária. Assim, a transformação capitalista ocorreu graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, excluindo-se as forças populares e utilizando-se dos aparelhos repressivos e da intervenção econômica do Estado. (Idem:196)

A década de 20, no Brasil, foi também um período marcado pela eclosão da luta social, sendo, portanto, um período em que a sociedade civil brasileira estava em ebulição. A sociedade civil, para Gramsci, é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, e dentre elas estão os sindicatos e

os partidos políticos. Tais organizações são chamadas por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia, pois são autônomos em relação ao Estado e materializam os interesses de determinados grupos sociais, em luta para ganhar adeptos e convencer o restante da sociedade da legitimidade de suas idéias. É o que Gramsci chama de guerra de posição, ou seja, as várias classes sociais disputam na sociedade civil pela hegemonia. (ibidem:127)

Dessa forma, um dos dados desse período eram os combates entre operários, camadas médias, elites tradicionais e modernas, sendo a AIB um dos atores dessa luta. O operariado encontrava-se em formação e era constituído, em parte, por estrangeiros. A ideologia dominante no movimento trabalhador deste período era o anarco-sindicalismo, impulsionado pelos trabalhadores europeus. Porém, no Primeiro Congresso de Trabalhadores, afirmou-se, ao lado da tendência anarquista, o movimento socialista. A irrupção violenta das reivindicações operárias pode ser simbolizada pela greve de julho de 1917, em São Paulo. Mais tarde, em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, no entanto, não conseguiu se tornar um movimento que reunisse uma grande massa de militantes. (Trindade, op. cit:83)

Com o processo de industrialização, não só se consolidava uma classe operária, como também uma classe média. Durante os anos 20, as camadas médias foram uma força de pressão para a derrubada do regime oligárquico e tinham como uma de suas bandeiras a moralidade dos costumes políticos, a supressão do clientelismo, a modernização dos aparelhos do Estado e a modificação da forma de participação política, defendendo o sufrágio universal e secreto ou o corporativismo/voto profissional. (Idem:44)

No entanto, segundo Fausto, o inconformismo ou radicalismo das camadas médias não conduziu a um projeto político autônomo, pois eram dependentes, a nível sócio-econômico, da estrutura predominante; apenas tentavam superar as contradições entre os princípios liberais e a prática política, por meio da realização da democracia formal. A reforma política associada à manutenção do status quo nas relações de propriedade ampliaria o acesso dos setores das camadas médias urbanas às atividades do Estado, até então controlado pelas oligarquias rurais. (Fausto, 1986:26)

Após a Revolução de 30, uma nova situação, porém, acabou com a relativa homogeneidade ideológica da categoria, evidenciando-se um alinhamento diferenciado: a grande maioria permaneceu fiel aos princípios liberais, mas uma parte dos setores

médios foi para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de extrema-esquerda, ou para a AIB, organização de extrema-direita. (Idem:28)

Esta divisão deveu-se à dificuldade do liberalismo em impedir a centralização do poder e a participação das massas no processo político. A crise das elites liberais abriu caminho para uma tendência autoritária, que identificava queda das oligarquias e centralização do poder, crítica do liberalismo e defesa da representação profissional como método de harmonização social. (Souza, 1976:63)

A organização da AIB foi, portanto, levada a cabo por uma parte dos setores médios identificados com o ideal autoritário e conservador de Estado. A elite pensante do movimento, que produziu e difundiu a doutrina integralista em livros, jornais e revistas, era formada por advogados (Miguel Reale e Gustavo Barroso), jornalistas e/ou escritores (Plínio Salgado), economistas (Raimundo Padilha), professores, etc. Constituíam um grupo social que buscava garantir o espaço das camadas médias na sociedade em vias de industrialização, interessado então em controlar o processo de transformação social em curso, disciplinando o grande capital e o proletariado. Daí advinha, em grande parte, os discursos integralistas contra o capital financeiro internacional, a urbanização acelerada, o cosmopolitismo e o comunismo. A fórmula política encontrada por esses setores foi a constituição de um Estado corporativista autoritário, acompanhado de toda uma doutrina nacionalista, que pregava a exclusão e a intolerância, em nome da identidade nacional e da homogeneização étnico-racial e cultural do povo brasileiro, tendo como substrato os valores espiritualistas cristãos.

O surgimento da Ação Integralista Brasileira deve ser relacionado ao conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que marcou o período referido. A conjugação entre a crise econômica mundial – com reflexos sobre o Brasil –, o descrédito no liberalismo político e econômico, a ascensão das camadas populares simultaneamente ao surgimento de movimentos políticos radicais ou revolucionários – como a ALN e o PCB – e o fortalecimento dos ideais autoritários – tendo como principais representantes do período o nazismo e o fascismo – fez com que o terreno da história do período se tornasse fértil para um movimento que se propunha a construir uma “nova sociedade”, cujos pilares seriam a harmonia social, a renovação espiritual frente ao materialismo capitalista, a disciplina, a hierarquia e o fortalecimento do Estado, destruindo a velha sociedade da “desordem”, do liberalismo desenfreado, do individualismo egoísta e do fraco poder político nos moldes liberais.

A AIB estava profundamente ligada ao conservadorismo, cujo objetivo é a integração à ordem social presente, evitando-se os conflitos gerados dentro dela. “(...) *podemos vislumbrar no conservadorismo um corpo teórico articulado, musculoso e seminal, capaz de combinar apego à técnica e sonhos românticos sobre uma Idade Média que nunca existiu; racionalidade tecnológica e os mais profundos preconceitos sociais ou raciais, desenhando contradições que marcaram o século XX e ameaçam invadir o século XXI.*” (Silva, 2000:21)

Eis o que designava o integralismo: um movimento que combinava o desejo de restaurar um passado idílico, quando os grupos sociais interagiam em perfeita harmonia, com propostas ligadas ao pensamento conservador moderno, como a defesa de um Estado forte, capaz de harmonizar corporativamente os corpos sociais.

Não se desejava lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular. Para isso, era necessário que o sistema político liberal oligárquico fosse substituído por uma outra forma de organização do Estado, que pudesse garantir a harmonia social. .

Um dos temas sobre os quais os historiadores do integralismo têm se debatido é acerca do caráter fascista ou não do referido movimento, questionando-se se o integralismo era um simples mimetismo do nazi-fascismo europeu ou se possuía particularidades advindas da distinta realidade social, econômica e cultural do Brasil.

Acredito que se deve problematizar o uso ou não do conceito de fascismo para designar a AIB. Por um lado, o integralismo apresentou características dos movimentos designados de fascistas, como o nacionalismo exacerbado, o autoritarismo, a intolerância, a combinação de crítica ao capitalismo e ao comunismo, idéia de revolução associada a uma perspectiva conservadora da organização sócio-econômica e uma constante mobilização das massas em torno da doutrina e das lideranças do sigma. Mas por outro, a ligação aos valores do espiritualismo e ao cristianismo, associado a uma certa nostalgia da Idade Média, sugere uma aproximação com os regimes designados por Trevor Roper (1974:61/62) de conservadorismo clerical, especificamente o franquismo (Espanha) e o salazarismo (Portugal) que, no entanto, prescindiram de uma intensa mobilização de massas.

A questão da estrutura social brasileira do período também deve ser considerada na reflexão sobre o uso do conceito de fascismo. O fascismo geralmente designa movimentos e/ou regimes nascidos em sociedades plenamente industrializadas, onde as

camadas médias possuem autonomia e força suficientes para atuarem como atores políticos significativos. No caso do Brasil, não só o processo de industrialização ainda estava em curso, havendo ainda o predomínio da estrutura social e dos valores agrários tradicionais, como os setores médios eram frágeis social e economicamente, não possuíam total autonomia social e política, situação esta própria de uma sociedade ainda em transição.

A situação se torna ainda mais complexa quando constatamos que, apesar das condições descritas acima, tais setores médios foram capazes de organizar um movimento de massas significativo, tendo muitos pontos em comum com a estrutura organizacional e ideológica dos movimentos fascistas europeus.

Estas considerações sugerem que o debate sobre a utilização do conceito de fascismo para designar a AIB ainda precisa ser aprofundado pelos estudiosos, pois o integralismo apresentou uma interessante combinação de elementos conservadores tradicionais e fascistas, o que o tornou um movimento bastante específico no período em questão.

A despeito dessas considerações, considero apropriado o conceito “subversivismo reacionário”, usado por Gramsci em relação ao movimento fascista italiano, para referir-se também à AIB, que tinha proposta revolucionária no discurso, mas bastante reacionária quanto ao modelo de sociedade defendido.

Referências Bibliográficas

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria El Ciências Humanas Ltda, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30. Historiografia e História*. SP: Brasiliense, 1986.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. RJ: Vozes, 1992.

SILVA, Francisco C. T. “Conservadorismo”. SILVA, Francisco C. T., MEDEIROS, Sabrina E. & VIANNA, Alexander M. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Idéias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro:FAPERJ/Mauad, 2000.

SOUZA, M^a do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. SP: Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, José N. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil*. RJ: Vozes, s.d.

TREVOR-HOPER, H. R. “O Fenômeno do Fascismo”, in RODRIGUES, E. *Fascismo*. RJ: Eldorado, 1974.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo. O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.